

1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS/PR**
2 **Secretaria Executiva dos Conselhos - SEC**
3 **Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - 5º Andar Bloco 'C' -**
4 **Palácio das Araucárias**
5 **CEP 80530-915**
6 **Curitiba - Paraná**



7
8
9 **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL CEAS/PR**
10 **ATA DA ASSEMBLEIA ORDINARIA CEAS/PR 07/11/2014**
11

12 Aos sete dias do mês de novembro do ano de 2014, às 9h30min, no auditório da Secretaria de Estado da
13 Família e Desenvolvimento Social – SEDS, no 7º andar do Palácio das Araucárias, à rua Jacy Loureiro de
14 Campos s/nº, Bairro Centro Cívico, em Curitiba – PR, foi dada início à Assembleia Ordinária mensal do
15 Conselho Estadual de Assistência Social, logo em seguida ao encerramento da Reunião Extraordinária, na
16 qual os Conselheiros aprovaram as alterações promovidas no Regimento Interno desse Colegiado. Mais
17 uma vez as presenças dos Conselheiros foram observadas, a saber: Conselheiros, José Maia (Secretaria
18 de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI), Luiz Nabor lenz (Usuário – Regional de
19 Laranjeiras do Sul), Maria Auxiliadora Marçal de Lima (Usuária – Sarandi – Regional de Maringá), Inês
20 Roseli Tonello (APAE de Francisco Beltrão), Artur dos Santos Andrade (NASA – Foz do Iguaçu) Dionéia E.
21 Maciel (CRESS -Regional de Guarapuava), Silvana Hertz de Oliveira (CRESS – Regional de Cianorte),
22 Andréia Gomes Santos (CRESS – Regional de Paranaguá), Daniel Gomes dos Santos (SEAB), Vanderlei
23 Augusto da Silva (ACAPAC – Regional de Cascavel), Zilma Moraes de Oliveira (usuária - Regional de
24 Maringá), Lorena Mylla Gonçalves (COHAPAR), Rubens Marcon (Recanto Espírita – Somos Todos Irmãos –
25 Regional de Maringá), Leandro Nunes meller (SEDS), Elenice Malzoni (CPE -SEDS), Luciana Franco
26 Silvestre (Escritório Regional – SEDS), Noemi Esther Brittes (SESA), Delvana Oliveira (SEED), Luciane
27 Munhos D'Alécio (OAB – Regional de Campo Mourão), Renata da Silva Lima (Usuária – Sertaneja –
28 Regional de Cornélio Procopio), Paulo Silvério Pereira (APAE de Ibiporã – Regional de Londrina) Evandra
29 Suzane Bazzo (SEPL), Gladys Tortatto (CPB-SEDS), Hamilton Kovalski (SEDS), Mileny de Lima (CRESS –
30 Regional de Jacarezinho), Dra. Danielle M. Vieira (Núcleo Jurídico da SEDS)- Quórum total: - 15
31 Conselheiros da Sociedade Civil e 14 Governamentais. *Apreciação da Pauta – Inserções – Conselheiro
32 Artur -(O CEAS/PR deverá officiar ao CMAS de Foz do Iguaçu as metas pactuadas em visitas de
33 monitoramento). -Conselheira Roseli Tonello – Benefícios eventuais – Conselheira Elenice Malzoni (Retirar
34 da pauta o item 11.1 - "Seminário de monitoramento do Plano Estadual de Enfrentamento às Violências
35 contra crianças e adolescentes(Vídeo- Conferência) -(não se tem definida a data do Seminário).
36 *Aprovada a pauta com as inclusões solicitadas, bem como a exclusão do item11.1 *Aprovada a ata da
37 Assembléia do mês anterior. *Informes da Secretaria Executiva. -Em 10/10/14 – recebido o ofício
38 nº40/2014, procedente do CMAS de Umuarama, em reposta ao ofício nº188/2014 – do CEAS/PR. - Em
39 29/10/14 recebido o ofício nº004/2014/CP/PR/CNAS/MDS, procedente do MDS, referente ao Controle
40 social da implantação do SUAS, através do acompanhamento dos Pactos. - Em 30/10/14 recebido o ofício
41 nº220/2014, procedente do CRESS/PR, referente à orientação e fiscalização – Município de Antonina. - Em
42 30/10/14 recebido o ofício nº035/2014/CAC/PRES/CNAS/MDS, procedente do MDS, sobre o CENSO SUAS
43 2013/Conselhos/PR-Acompanhamento aos CMAS. - Em 03/11/14 ofício nº002/2014 procedente do CMAS
44 de Tijucas do Sul, em resposta ao Ofício 119/2014. - A CPSE encaminhou informe sobre o Encontro do
45 PETI que será realizado em Porto Alegre em Dezembro; a Coordenação encaminhará ao CEAS o relato e
46 os possíveis encaminhamentos do Encontro. *No dia 30/10, o Conselheiro Vice-Presidente Denis Musial
47 encaminhou justificativa de ausência da reunião, em virtude da programação das aulas do seu mestrado.
48 *Também, no dia 30/10, a Conselheira Erica justificou sua ausência na Assembleia do CEAS, informando
49 que o Conselheiro Suplente Ricardo estará presente. *A Conselheira Marta também apresentou
50 justificativa, sendo que seu Suplente Conselheiro Luiz se fará presente. *No dia 27/10 o **Conselheiro**
51 **José Araujo da Silva**(Pastoral da Pessoa Idosa) justificou sua ausência, em virtude de compromissos
52 assumidos anteriormente com o Conselho Nacional de Saúde. A sua Suplente, **Conselheira Maria**
53 **Auxiliadora** o substituirá na Assembleia do Conselho. *No dia 05/11, a Conselheira Delvana justificou
54 ausência na reunião das Comissões(06/11), por motivo de trabalho. Deu-se conhecimento ao plenário que
55 a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, mediante decreto governamental de
56 28 de outubro, encontra-se sob a coordenação da **Sra. Letícia Condagnone Ferreira Raymundo**, em
57 substituição a servidora **Maristela Marchiro Chudzy**, já a Sra. Fernanda Richa, retornará a SEDS em
58 Fevereiro. Nesse entremeio, a **Conselheira Inês Roseli Tonello** veio a justificar a sua Ausência na
59 Assembleia do CEDCA, tendo em vista questões de saúde. ***Item 5 Reunião Ampliada e**
60 **descentralizada do CEAS/PR.** O **Conselheiro Presidente Leandro Meller** julgou necessário externar
61 um esclarecimento, informando que a Conselheira Marcela Evangelista mais tarde apresentará uma
62 Resolução Conjunta das Secretarias de Estado da Fazenda e da Administração, que os órgãos da
63 administração publica estadual deverão observar. Trata-se da necessidade de promover ajustes no
64 orçamento da ordem de 30% no custeio e 70% na central de Viagens. Replicou o **Conselheiro Rubens**
65 **Marcon**, expressando ter entendido a questão, porém não é da sua concordância, pois essa Resolução
66 traz economia e não se pode adotar um olhar individualizado, mas abrangente. Conta-se com cerca de
67 100 mil famílias que recebem recursos do Família Paranaense, existem também os acolhidos. Assim,
68 essas economias podem acontecer em certas áreas, em outras não. Fundamentando, o **Conselheiro**

69 **Leandro** apontou que a Reunião Ampliada anteriormente planejada, traria gastos extras para deslocar
70 Conselheiros da Sociedade Civil e também os Governamentais. Vale ressaltar que todos os Secretários de
71 Estado estão com essa normativa que deverá ser observada. Essa Reunião Ampliada não precisará ser
72 cancelada e sim transferida pois essa Resolução estará vigente até Janeiro de 2015. Dessa Forma será
73 possível manter o evento em Foz do Iguaçu, preservar o tema e estendendo apenas a data para o
74 primeiro semestre de 2015, quando forem encerradas os efeitos da Resolução. Entre tantas afirmações, a
75 **Conselheira Roseli Tonello** (APAE de Francisco Beltrão) lembrou que como bons paranaenses, devem
76 ser acatadas as questões legisladas pelo Sr. Governador do Estado, a título de Colaboração. Registrou o
77 Trabalho exemplar levado a efeito pelo **Conselheiro Artur**, no sentido de estabelecer valiosos contatos
78 que possibilitariam a realização desse evento em Foz do Iguaçu. Considerar e muito o seu
79 comprometimento! Avaliou que um passo urgente seria a discussão da Lei Federal nº13.019/2014, com
80 um tempo maior para dedicação aos estudos. Em seguida, estabelecer o foco em levar os conhecimentos
81 adquiridos até os CMAS. *Registrada a Chegada do **Conselheiro Dr. Diogo Rodrigues**, representante da
82 Procuradoria Geral de estado. Com essa presença, a mesa Diretora computou os tão esperados 100% de
83 quórum, fato inédito comemorado no plenário. Atento às colocações, manifestou-se o **Conselheiro**
84 **Ricardo Vilarinho da Costa**, representante da Universidade Livre para Eficiência Humana. Disse
85 conhecer a fundo a vida da pessoa com deficiência e para os outros, é fácil dizer que não haverá um corte
86 de 30% na receita. As normas estão aí, mas já foram quebradas Leis Municipais, Estaduais e até Federal;
87 na hora de se baixar um decreto, não está lá uma pessoa com necessidades especiais. Disse crer que o
88 Conselho da Saúde faria uma Moção de repúdio, pois seria inadmissível uma medida como essa.
89 Respondendo, o **Presidente Leandro Meller** disse entender a reflexão do Conselheiro Vilarinho da Costa,
90 porém apontou para uma economia que não trará prejuízos. Não foram exigidos cortes nos repasses para
91 Municípios, nem para o atendimento ao público da Assistência Social. Os esforços de redução estão em
92 outro contexto, assim será possível promover o reagendamento de uma nova data para essa Reunião
93 descentralizada do CEAS/PR. *Registrada a presença da **Técnica Katy**, representante do Ministério
94 Público. Avaliando as questões, a Coordenadora da PSE/SEDS, **Conselheira Elenice Malsoni** ponderou
95 que a referida reunião, na verdade, não estará suspensa, trata-se apenas de uma transferência para o
96 próximo ano. Os municípios, de uma forma geral, também enfrentam dificuldades financeiras e assim
97 haverá mais tempo para efetuar um trabalho de assessoria mais efetivo. Essa Transferência será positiva,
98 pois será possível contar com um maior número de participantes dos municípios. Afiançou que jamais
99 seria feito um corte no atendimento direto a pessoas. Sugeriu pois o **Presidente Leandro** que fosse
100 expedido um ofício à Secretaria de Estado da Fazenda, solicitando que esse freio na economia não atinga
101 atendimentos essenciais, nem aos usuários. Buscando garantir direitos, o **Conselheiro Paulo Silvério**
102 **pereira**(APAE de Ibiporã) apontou ter o seu entendimento. No entanto o Conselho delibera o orçamento e
103 vem acompanhando as aplicações. Repentinamente, as coisas mudam de rumo e na verdade o que se vê
104 é a desconsideração para com os encaminhamentos do CEAS. Tudo isso precisa ser revisto pois a
105 preocupação reside nas próximas ações. afirmou sentir-se angustiada ao verificar até que ponto perdeu-
106 se a autonomia. Não é possível aceitar medidas, sem ter um posicionamento. Trabalhando com dialogo
107 aberto, o **Presidente Leandro** garantiu que em nenhum momento se tem a autonomia ferida. Quando se
108 prova uma lei Orçamentária, o fazemos com base numa perspectiva de arrecadação que ocorrerá. Nada
109 pode ser adivinhado, mesmo porque só se tem perspectivas. É necessário que se tenha também
110 responsabilidades. Na casa de todos também funciona dessa maneira, o planejamento é revisto de acordo
111 com os limites impostos. Essa resolução aponta a responsabilidade do Conselho mesmo porque trata-se
112 de um fechamento de gestão. Como consequência, a **Conselheira Roseli Tonello**(APAE de Francisco
113 beltrão) colocou que a palavra-chave é compreensão! Entender a situação do governo que necessita
114 fechar um mandato. É preocupante encaminhar um documento, solicitando para que não sejam feridos os
115 programas, cortando apenas aquilo que é maleável. Garantiu ter lido a medida e ela não fere em absoluto
116 os atendimentos essenciais. Caso esse documento seja remetido, corre-se o risco de contar com
117 problemas futuros. Demonstrou o **Presidente Leandro**(SEDS) que as questões observadas ponto a
118 ponto, trabalhando para garantir a efetiva colaboração desse Colegiado. No que se refere à reunião, esse
119 poderá ser transferida, quem sabe para março. Foi a vez do **Conselheiro Rubens Marcon**(Regional de
120 Maringá) afiançar que realmente preocupou-se, ao tomar consciência dessa contenção de despesas. Veio
121 em mente todo o trabalho empreendido pelo **Conselheiro Artur**(NASA-FOZ), que certamente estaria
122 desestimulado. No entanto, mais uma vez esse Conselheiro entendeu que seus esforços não serão em vão
123 e movidos por um grande prazer, os Conselheiros do CEAS lá estarão(FOZ) em futura data, participando
124 dessa Reunião Descentralizada. Uma vez que não trabalhou sozinho o **Conselheiro Artur dos Santos**
125 **Andrade** externou o seu desejo de que o Escritório Regional, o CMAS e a Secretaria Municipal de
126 Assistência Social de Foz do Iguaçu sejam notificados dessa transferência de datas. Tendo em vista que o
127 orçamento abre em março, concluiu-se que seria mais previdente definir essa data na Assembleia de
128 fevereiro, não excedendo o mês de abril ou maio para não influir na realização das Conferências
129 Municipais. *Reunião ampliada e descentralizada do CNAS em Salvador-BA, em 17-18 e 19 de
130 novembro de 2014. A Secretária Executiva **Helena N. Gimenez** informou haver recebido o convite
131 para esse evento, concedendo uma vaga para cada Conselho Estadual, com todas as despesas pagas.
132 Decidiu-se que a representação deste CEAS/PR ficaria a cargo da Sociedade Civil, sendo assim um ofício
133 foi encaminhado ao **Vice-Presidente Denis Musial**, solicitando que ele mesmo procedesse essa
134 negociação com o seu grupo, via e-mail. Decidiu-se pelo nome da **Conselheira Mileny de Lima**(**CRESS-**
135 **Regional de Jacarezinho**) e os trâmites já foram formalizados junto ao CNAS. Foi esclarecido pela
136 **Conselheira Silvana Hertz**(**CRESS**) que haveria pleitado essa vaga, porém devido a problemas de

137 saúde na família, estaria impedida de comparecer. Segundo o **Presidente Leandro**, outros eventos
138 estarão por vir. Assim, com a presença da **Conselheira Mileny**, o CEAS/PR estará devidamente
139 representado. Apenas desejando registrar, a **Conselheira Roseli Tonello** (APAE de Francisco Beltrão)
140 apontou que o CNAS utiliza medidas rápidas e a vaga precisava ser preenchida, antes da realização da
141 plenária. As reuniões da Sociedade Civil não tem acontecido e alguns Conselheiros ignoravam o
142 agendamento desse evento. Assim, tornou-se incômodo declarar se iria A ou B. Num rápido
143 levantamento, o **Conselheiro Ricardo Vilarinho** concluiu que dos Conselheiros presentes, quatro deles
144 não tinham acesso a e-mail pelo menos uma vez ao dia. Diante dessa informação, o **Presidente Leandro**
145 afirmou ser necessário que os Conselheiros da Sociedade Civil criem um fluxo, permitindo que haja um
146 diálogo mais apropriado na sua comunicação. ***Sugestões-** Reunir o grupo e elaborar critérios para
147 futuras definições. Nesta esteira, o **Conselheiro Vanderlei A. Da Silva**(ACAPAC- Regional de Cascavel)
148 informou não ter tido acesso aos e-mail, não podendo, pois opinar. É urgente a Sociedade Civil voltar a
149 promover reuniões, como era feito no passado. Propôs para que já em dezembro tais encontros fossem
150 renovados. Segundo o **Conselheiro Artur**(NASA de Foz), essa convocação é da alçada do **Vice-**
151 **Presidente Denis**, que representa a Sociedade Civil na Mesa Diretora. ***Aprovada** a participação da
152 Conselheira Mileny de Lima, no evento de Salvador, representando o CEAS/PR. ***Item 7 – Termo de**
153 **Aceite do Capacita SUAS/14.** A Coordenadora da Gestão do SUAS, **Conselheira Tatiana Possa**
154 comunicou que existem determinados critérios para se formalizar a adesão/2014. Os Estado que
155 assinaram 2013 estarão aptos a aderir o ano de 2014. Em 2013 contou-se com 2.250 metas e para 2015
156 já se planeja um número maior, entre trabalhadores e Conselheiros. Será necessário deliberar se os
157 Conselheiros estarão de acordo em aderir o número total de vagas, já que não seria coerente reduzir –
158 serão outros cursos, alguns de introdução e outros de aperfeiçoamento. A **Conselheira Tatiana**
159 externou que os Municípios de Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá serão contemplados no início de 2015,
160 os demais já foram beneficiados. Dando uma atenção especial ao assunto, o **Conselheiro José Maia**,
161 representante da SETI, expôs que as Universidades estão finalizando os seus relatórios, havendo uma
162 excelente demanda. Manifestou-se o **Conselheiro Artur**(NASA de Foz), esclarecendo que no dia anterior,
163 a Comissão já debateu o número de vagas, optando pela adesão ao total delas. Continuou a
164 Coordenadora Tatiana, demonstrando que o Estado entra com um conjunto de cofinanciamentos de
165 recursos do FIA, outros do FEAS e alguns recursos do Governo Federal. Disse ser importante esclarecer
166 que os Gestores também participam deslocando seus servidores para os locais dos cursos, numa
167 importante parceria. Vale dizer que as Universidades enfrentam dificuldades em licitar os vales-refeições;
168 através de um entendimento com o Núcleo Jurídico, a SEDS interferiu e as questões foram normalizadas.
169 ***Em apreciação – Metas 2014-2.250.** Caso hajam remanescentes serão aceitos, sem ultrapassar
170 1.290 – Aprovada a adesão ***Item 8 – Prorrogação do termo de Cooperação Técnico financeiro**
171 **nº018/2013 – Capacita SUAS – Cofinanciamento 2012.** Prorrogar o termo de Cooperação Técnica
172 para mais um ano, com as cinco Universidades. O termo finalizará em 20 de novembro ou se for o caso,
173 poderá o assunto ser trazido na próxima Assembleia desse Colegiado. ***Aprovada a referida**
174 **prorrogação *Item 9 – Relatórios das Comissões *Comissão de Organização da Conferência**
175 **Estatual Secretária Helena N. Gimenez. 1) Orientação aos municípios sobre as Conferências**
176 **Ordinárias e Extraordinárias de Assistência Social:** A Secretária Executiva do CEAS informou que
177 muitos municípios tem encaminhado dúvidas ao CEAS e aos Escritórios Regionais em relação ao tempo de
178 realização das Conferências Ordinárias de Assistência Social, pois em suas Leis constam que as
179 Conferências devem ser realizadas de 4 em 4 anos. **Parecer da Comissão:** Orientar os municípios que o
180 Conselho Nacional de Assistência Social realiza as Conferências Ordinárias de 4 em 4 anos, e as
181 Extraordinárias no intervalo das Ordinárias. No ano de 2015 será realizada a X Conferência Nacional
182 Extraordinária de Assistência Social. Assim, todos os Estados e Municípios devem realizar as suas
183 Conferências, seguindo a convocação do CNAS. **Parecer do CEAS: Aprovado. 2) Inclusão de Pauta:**
184 Incluir na Orientação a ser encaminhada aos municípios, que os CMAS, aguardem os envios das Notas do
185 CNAS e do CEAS antes de elaborarem os Regulamentos das Conferências e marcarem as datas desses
186 eventos. Assim, sugere-se que os municípios marquem as datas somente após a divulgação dos períodos
187 de realização das Conferências (municipais, Estaduais e Nacional), evitando que o município seja
188 prejudicado na indicação de seus delegados para a participação da etapa regional, estadual e nacional.
189 **Parecer do CEAS: Aprovado. 3) Inclusão de Pauta – Solicitação de elaboração de Comunicação**
190 **visual e logomarca da Conferência:** Tendo em vista a necessidade de publicação no site do CEAS das
191 Orientações que já estão sendo encaminhadas aos municípios, a Comissão solicita que a logomarca da
192 Conferência já seja elaborada. **Parecer da Comissão:** Encaminhar solicitação à Assessoria de
193 Comunicação da SEDS para a elaboração de comunicação visual e logomarca da XI Conferência Estadual
194 de Assistência Social, devendo a mesma ser submetida a comissão de comunicação, articulação e
195 mobilização após finalizada. **Parecer do CEAS: Aprovado. *Comissão do Regimento Interno. ***
196 **Retorno da reunião com o Tribunal de justiça. A Conselheira Luciana** comunicou-se que irá elaborar um
197 relatório, a ser encaminhado ao Conselheiros via e-mail. ***Comissão de Financiamento e**
198 **Gerenciamento do Fundo. Relator: Conselheiro Rubes Marcon. – Balancete FEAS outubro 2014:**
199 A técnica Marcela Evangelista apresentou os Balancetes do mês de Outubro/2014. **Parecer da**
200 **Comissão: CIENTE. Parecer do CEAS: Ciente. Resolução conjunta SEFA/SEAP nº 006/2014** A
201 técnica Marcela Evangelista apresentou a Resolução Conjunta SEFA/SEAP nº 006/2014. **Parecer da**
202 **Comissão: CIENTE. Parecer do CEAS: Ciente. *Comissão de Documentação e Rede**
203 **Socioassistencial – Relatora: Conselheira Roseli. 2.1 Protocolado nº 13.101.271-3: Proposta de**
204 **elaboração e orientação sobre a contratação de equipe técnica nas entidades de assistência**

205 **social.** Retorna o presente protocolado após estudo elaborado pelo Assessor Técnico Leandro Nunes
206 Meller. Na referida informação, sobre as dúvidas levantadas, concluiu-se, em síntese, que: 1) para fins de
207 inscrição no CMAS, a exigência de equipe mínima deve obedecer o caso concreto, mediante aferição das
208 peculiaridades do serviço prestado e da natureza da entidade. Ou seja, não é possível, em âmbito geral e
209 abstrato, fixar equipe mínima como requisito de inscrição, sem levar em conta as reais necessidades e
210 demandas de cada entidade. 2) Diferentemente dos requisitos de inscrição, para fins de recebimento de
211 recursos do FMAS, de acordo com as novas regras da lei 13.019/2014, as entidades devem atender
212 rigorosamente as normativas aplicáveis, inclusive os critérios de RH; 3) Quanto a obrigatoriedade de
213 contratação de assistente social, deverá ser aferido o caso concreto, a natureza da entidade e os serviços
214 prestados. **Parecer da Comissão:** Aprova as considerações do informativo elaborado pela Assessoria
215 Técnica-SEDS, bem como recomenda: a) o envio de ofício contendo em anexo como resposta o
216 informativo elaborado; b) elaboração de nota técnica de mesmo teor a ser enviada para os 399 municípios
217 paranaenses. **Parecer do CEAS: Aprovado. Inclusão de Pauta – Consulta do Conselho Municipal
218 de Assistência Social – COMAS de Maringá:** Chega a comissão de Documentação e Rede pedido de
219 informações por parte do CMAS Maringá questionando sobre a supressão na Res. 014/2014 do CNAS
220 quanto a previsão de competência recursal dos Conselhos estaduais para análise de recurso contra o
221 indeferimento de inscrições de entidades nos CMAS. Pergunta o representante do CMAS- Maringá se a
222 atribuição recursal ainda permanece. **Parecer da Comissão:** Enviar ofício ao petionário informando que
223 apesar de a Resolução 014/2014 do CMAS não prever expressamente a competência recursal deste CEAS
224 para análise do indeferimento de inscrições de entidades, não houve alteração normativa, nem revogação
225 de competências, uma vez que o §4º do art. 9º da LOAS manteve hígido a referida atribuição. Encaminhar
226 comunicação ao CNAS questionando as razões da omissão normativa da Res. 014/2014. **Parecer do
227 CEAS: Aprovado.** Fazendo um parêntese, o **Conselheiro Presidente Leandro N. Meller(AT/SEDS)**
228 justificou a sua ausência por algum tempo, no período da tarde. Para substituí-lo na Mesa Diretora
229 solicitou à Conselheira Marcela(SEDS) para assumir a representação governamental. - **Aprovado.**
230 ***Comissão de acompanhamento aos CMAS Relator – Conselheiro Paulo Silvério Pereira. Ofício
231 nº035/2014/CAC/PRES/CNAS/MDS:** A Secretária Executiva apresentou o ofício encaminhado pelo
232 Conselho Nacional, solicitando acompanhamento aos CMAS da região de Campo Mourão, tendo em vista a
233 solicitação da Procuradoria da República da Comarca de Campo Mourão. As pendências foram
234 identificadas através do preenchimento do formulário do Censo Conselho 2013. Os municípios são:
235 Altamira do Paraná, Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Campo Mourão,
236 Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Iretama, Janiópolis, Juranda, Luiziana, Mamborê,
237 Moreira Sales, Nova Cantu, Nova Tebas, Peabiru, Quarto Centenário, Quinta do Sol, Racho Alegre do
238 Oeste, Roncador, Terra Boa e Ubiratã. **Parecer da Comissão:** encaminhar ofício aos CMAS solicitando
239 documentações que comprovem o funcionamento do Conselho e do Fundo. Aos municípios que
240 apresentaram pendências em relação ao não acompanhamento das pactuações da CIB e CIT, deverão ser
241 questionados quanto ao conhecimento das demandas pactuadas (descrevendo como é feito o
242 acompanhamento pelo CMAS das pactuações), prestando as devidas orientações sobre a importância
243 deste acompanhamento. A cópia dos ofícios do CEAS/PR deverão ser encaminhados aos Escritórios
244 Regionais de referência dos municípios acima citados. **Parecer do CEAS: Aprovado. Encaminhar cópia
245 do Ofício para a conselheira Luciane. Estudo da sistematização do Censo Conselhos 2013 e
246 indicadores do ID Conselhos:** A Comissão entende que serão utilizadas as informações (variáveis) e
247 dimensões do ID Conselhos, que o CNAS está elaborando. **Parecer da Comissão:** neste primeiro
248 momento, a Comissão entende pela utilização do Estudo Técnico elaborado pela Coordenação de Gestão
249 do SUAS da SEDS, visando a elaboração de orientações específicas e planejamento quanto ao apoio aos
250 CMAS. No decorrer desta análise e considerando que o ID Conselhos trabalha com as variáveis que foi
251 sistematizada pelo NGI/SEDS, posteriormente, a Comissão sinalizará ao NGI/SEDS as variáveis para a
252 construção de um instrumento mais sintetizado do Estado do Paraná. **Parecer do CEAS: Aprovado.**
253 **Estudo Técnico dos Conselhos Municipais (Retorno e validação):** A Comissão analisou a última
254 versão do estudo Técnico elaborado pela Coordenação de Gestão do SUAS/SEDS. **Parecer da Comissão:**
255 A comissão aprova a divulgação do documento e a disponibilização deste no site da Secretaria da Família
256 (biblioteca virtual do SUAS a ser aberta nos próximos dias), tendo em vista que o Estudo tem como
257 finalidade orientar/sinalizar os Conselhos Municipais no correto preenchimento do Censo Conselhos, bem
258 como dar a devolutiva aos municípios referente da análise realizada a partir dos resultados já disponíveis
259 publicamente no site do MDS/Censos. **Parecer do CEAS: Aprovado o envio e a divulgação do estudo
260 técnico do CMAS 2012/2013 no site da SEDS e também o envio de ofício ao CNAS informando
261 da existência do estudo como ação auxiliar do atendimento aos CMAS. *intervalo para o almoço
262 *Retomada dos trabalhos, com auto-apresentação. *Presenças – Conselheiros Luiz Nabor Lenz (usuário
263 Regional de Laranjeiras do Sul), maria Auxiliadora Marçal de Lima(usuária – Suplente – Regional de
264 Maringá), Marli Vaz Mussulini (SETS), Dionéia Maciel (CRESS regional de Guarapuava), Silvana Hertz de
265 Oliveira(CRESS-Regional de Cianorte), Andréia Gomes dos Santos(CRESS- Regional de Paranaguá),
266 Vanderlei Augusto da Silva(Assoc. Dos amigos da Pastoral da Criança/Região de Cascavel), Zilma Moraes
267 de Oliveira(usuária/Regional de maringá), Lorena Mylla Gonçalves(COHAPAR), Rubens Marcon (Recanto
268 espírita Somos Todos Irmãos/Regional de Maringá) Marcela Evangelista(SEDS), Luciana Franco
269 Silvestre(Esc. Regional/ SEDS – Ponta Grossa), Noemi Brittes (SESA), Delvana Oliveira (SEED), Luciane
270 Munhos D'Alecio(OAB – Regional de Campo Mourão), paulo Silvério Pereira (APAE de Ibiporã – regional de
271 Londrina), Evandra Suzane Bazzo(SEPL), Mileny de Lima (CRESS – Regional de Jacarezinho), Diogo Luiz
272 Cordeiro Rodrigues (Procuradoria Geral do Estado), Danielle M. Vieira(Núcleo Jurídico/SEDS) Carlos**

273 Pijak(SETI), totalizando 21 Conselheiros. ***Comissão de Políticas Sociais – Conselheira Dionéia -**
274 **Protocolado nº 13.366.768-7:** Orientações do CNAS sobre o Benefício de Prestação Continuada
275 (encaminhamento da Comissão de Acompanhamento aos CMAS do CEAS/PR). **Relato:** CNAS encaminhou
276 um documento composto por perguntas e respostas sobre o Benefício de Prestação Continuada ao CEAS,
277 que anteriormente foi encaminhado para os municípios do Estado, após solicitação da Comissão de
278 Acompanhamento aos CMAS. A SEDS realizará no dia 19/11/2014 uma Web Conferência sobre o BPC com
279 a participação do INSS para os municípios do Estado, a qual terá seu início as 14:30h e previsão de
280 termino as 16:30h. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEAS: Ciente.** Denúncia encaminhada
281 pela Ouvidoria da SEDS. **Relato:** Denúncia recebida no dia 09/10/2014 pela Ouvidoria da SEDS, referente
282 ao uso indevido pelo município de São João do Triunfo – PR dos veículos adquiridos com o recurso do IGD,
283 os quais não estão sendo usados pela Política de Assistência Social, mas sim para levar pacientes para
284 realizar exames médicos em outros municípios, perícias no INSS dentre outras atividades. **Parecer da**
285 **Comissão:** a) Oficiar o CMAS de São João do Triunfo sobre o teor da denuncia e que o mesmo se
286 manifeste a respeito da utilização dos veículos adquiridos com recursos do IGD, bem como especificar a
287 origem do recurso para essa aquisição (IGD/SUAS ou IGD/PBF), com cópia para ER de Ponta Grossa e
288 Ministério Público; b) encaminhar à CGS e CRC/SEDS para elaboração de nota técnica conjunta sobre a
289 utilização dos recursos do IGD, especificando no caso de aquisição de veículos onde o mesmo poderá ser
290 utilizado, por quais políticas, situações e/ou atividades e sobre a responsabilidade do CMAS/ICS no
291 acompanhamento da utilização desses recursos. c) Sugerimos encaminhar essa nota técnica para todos os
292 ER's/SEDS e CMAS. **Parecer do CEAS: Aprovado.** Protocolado nº 13.345.534-5: Ações do Plano Decenal
293 DCA para alinhamento da Política de Assistência Social e da Política da Criança e do Adolescente. **Relato:**
294 A Assessoria Técnica da SEDS encaminhou todas as ações levantadas pela UTPCA/SEDS referente ao
295 Plano Decenal dos Direitos da Criança e Adolescentes do Estado do Paraná que são de responsabilidade
296 da SEDS. **Parecer da Comissão:** Considerando a deliberação do CEAS em plenária no dia 11 de
297 Setembro de 2014 de que a AT/SEDS identificasse as ações do Plano Decenal com interface com o SUAS
298 em seus serviços tipificados, retornamos o presente protocolado para que seja atendido a deliberação da
299 Plenária. **Parecer do CEAS: Aprovado.** Protocolado nº: 11.665.689-2: Prorrogação do convenio nº
300 83/13: Convênio com PAEFI com o município de Contenda. **Relato:** Solicitado pelo município de Contenda
301 a prorrogação da execução do convenio por 6 meses, o que obteve parecer favorável do ER Curitiba e
302 CPSE e autorizado pela secretaria da pasta, porem prerrogativa de prorrogação do convênio é do
303 Governador do Estado. Assim o NJA/SEDS encaminha a este Conselho para aprovação deste
304 procedimento. **Parecer da Comissão: Aprovado. Parecer do CEAS: Aprovado.** Panorama de
305 pagamento do Renda Família Paranaense. **Relato:** A UTPFP apresentou os dados referente ao mês de
306 outubro sobre o pagamento do Renda Família Paranaense, sendo que 95.728 famílias foram beneficiadas
307 com o Renda Família Paranaense, o valor creditado é de R\$2.939.410,00. **Parecer da Comissão:**
308 **Ciente. Parecer do CEAS: Ciente.** Panorama de pagamento do Incentivo Família Paranaense. **Relato:**
309 Em relação ao pagamento da 1º parcela não houve alteração em relação ao período, sendo que 93
310 municípios foram pagos, 3 município aguardando correção do Plano de Ação ou envio de documentos, e 4
311 municípios não realizaram a adesão. Em relação a 2º parcela 26 municípios já solicitaram o pagamento,
312 destes 11 estão em análise pela UTPFP em relação ao acompanhamento familiar previsto na deliberação
313 42/2013, 12 municípios estão em análise pelo setor financeiro quanto a prestação de contas e 3
314 municípios já receberam a 2º parcela. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEAS: Ciente.**
315 Relatório das famílias não incluídas e motivos de não inclusão. **Relato:** A UTPFP realizou a apresentação
316 conforme foi solicitado por este conselho, das famílias elegíveis que não foram incluídas no programa pelo
317 Comitê Local, bem como justificativa de não inclusão das famílias, conforme motivos estabelecidos no
318 sistema do programa Família Paranaense. Conforme informações extraídas em Outubro/2014 existe
319 26.517 famílias incluídas e em acompanhamento familiar e 3.246 famílias que foram contactadas pelo
320 Comitê Local o qual justificou no sistema a não inclusão da mesmas. Foi apresentado um panorama
321 regionalizado com os dados de não inclusão. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEAS:Ciente.**
322 Transferência do benefício Renda Família Paranaense para a Coordenação Renda de Cidadania. **Relato:** A
323 UTPFP informa que esta repassando para CRC a operacionalização do benefício Renda Família Paranaense,
324 em virtude de um reordenamento interno da SEDS, visto que este é complementar ao Programa Bolsa
325 Família, o qual é coordenado pela mesma. Desta forma a partir da próxima reunião todas as informações
326 e pronunciamentos em relação ao Renda Família Paranaense será de responsabilidade da CRC/SEDS.
327 **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer da CEAS: Ciente. Inclusão de Pauta: Oficio nº 220/2014**
328 **enviado pelo CRESS/PR. Relato:** Leitura do oficio nº: 220/2014 do CRESS/PR, tendo em seu teor a
329 denuncia: concessão do benefícios eventuais, coordenação de equipamentos (CRAS/CREAS),
330 compartilhamento do espaço físico do CRAS, horário de funcionamento inferior a 8h diárias, interferência
331 em atendimentos aos usuários e execução e oferta do PAIF e acompanhamento das condicionalidades do
332 Programa Bolsa Família. **Parecer da Comissão:** Oficiar o Município de Antonina e a Secretaria Municipal
333 de Assistência Social para esclarecimento quanto às denúncias apresentadas e agendar reunião para
334 orientações quanto ao correto funcionamento dos equipamentos da Assistência Social, com a presença da
335 SEDS (ER, CPSB e CPSE), MP e CEAS. **Parecer da CEAS: Aprovado. Inserir na pauta da próxima**
336 **reunião do CEAS, na comissão de Políticas Sociais, uma Minuta de Nota Técnica conjunta com a**
337 **SEDS. E pautar na próxima reunião da CIB/PR solicitando informações sobre com vem**
338 **ocorrendo as discussões e a elaboração de instrumentos sobre a demanda apresentada,**
339 **encaminhar ainda a cópia da denúncia do município de Antonina.** *Registrada a chegada da
340 **Conselheira Dulce Darolt,** representante da SEJU. No decorrer das falas, foram abordadas situações de

341 funcionamento irregular nos CRAS, com redução da equipe mínima de profissionais e pagamento
342 vexatório aqueles que ainda tentam trabalhar. Os próprios CMAS também encontram-se fragilizados e as
343 Prefeituras necessitam ser fiscalizadas. Segundo a **Conselheira Luciana**(SEDS), quando a CIB
344 demonstrou uma ação mais firme alguns Municípios melhoram a sua atuação. *Registrada a chegada da
345 **Conselheira MaryStela Bischof**, representante da Secretaria de estado da Agricultura. ***Comissão de**
346 **Comunicação, Articulação e Mobilização – Relator : Conselheiro Artur. Pauta Permanente:**
347 **Educação permanente do SUAS: CapacitaSUAS:** A conselheira Tatiana expôs o tema: **Termo de**
348 **Aceite do CapacitaSUAS – Cofinanciamento 2014.** A SEDS e o CEAS já aderiram aos termos de aceite
349 de 2030 metas referentes ao cofinanciamento de 2012 (que está em execução em 2014 – com exceção da
350 UEPG) e mais 3540 metas referentes ao cofinanciamento 2013, que deverá iniciar a execução no primeiro
351 semestre de 2015. Estas 3540 metas comportam vagas remanescentes de outros estados que não
352 concluíram a adesão. O Paraná está elegível, para o termo 2014, por já ter assinado os contratos para
353 execução dos cofinanciamentos 2012 e 2013. Acredita-se que as aulas do termo 2014 só deverão ocorrer
354 em 2016. Para este termo, são 2250 vagas ofertadas ao Estado, às quais o CEAS e a SEDS poderão aderir
355 integralmente ou parcialmente. Além disso, também precisarão definir de antemão se aceitarão ou não
356 eventuais remanescentes de vagas de outros estados. Para tanto, a conselheira Luciana indagou quanto
357 à demanda por vagas por parte dos trabalhadores do SUAS no Estado. A conselheira Tatiana responde
358 que há a demanda, visto que a indicação da política nacional de capacitação indica a necessidade de
359 formação permanente, ou seja, da construção de trilhas de aprendizagem pelas quais os trabalhadores
360 sejam qualificados em várias ações diversas de capacitação. A conselheira Renata aponta o problema nos
361 municípios de rotatividade dos profissionais, o que dificulta a construção de trilhas de aprendizagem, ao
362 passo que os trabalhadores iniciam seu trajeto formativo e acabam sendo relocados (ou mesmo
363 dispensados, no caso de trabalhadores com vínculo precário) e não conseguem concluir os cursos. Ante ao
364 exposto, identificou-se a importância de se aderir ao mínimo de 2030 vagas, a fim de que os profissionais
365 que realizaram os cursos de nivelamento possam ser inseridos em cursos de aperfeiçoamento. Assim, as
366 outras 220 vagas restantes (para fechar as 2250 ofertadas ao estado) seriam para profissionais que
367 queiram fazer um curso pela primeira vez. Caso parte dos 2030 já capacitados anteriormente não queira
368 ou não possa realizar os cursos de atualização e aperfeiçoamento, aumentarão as vagas para cursistas
369 “de primeira viagem”. Além disso, o conselheiro Artur ponderou que 2015 será ano de conferências
370 municipais de assistência social e, sendo assim, haverá renovação de conselheiros e, portanto, haverá
371 demanda para realização de nova edição do curso de capacitação de conselheiros. **Parecer da comissão:**
372 A comissão chegou ao consenso de aderir às 2250 vagas para o termo 2014, que é o número máximo de
373 metas ofertadas. Em relação a eventuais vagas remanescentes de outros estados, a comissão definiu pela
374 adesão a, no máximo, mais 1290 vagas, considerando esta a demanda atual no estado do Paraná.
375 **Parecer do CEAS: Aprovado. Plano Estadual de Capacitação:** A conselheira Tatiana informa que a
376 SEDS está trabalhando em novo reordenamento do PEC para 2015, a fim de atender às demandas
377 dinâmicas da política de assistência social e das coordenações. Estima-se que, em fevereiro de 2015, nova
378 versão seja apresentada para apreciação do CEAS. **Parecer da comissão: Ciente. Parecer do CEAS:**
379 **Ciente. Pauta Permanente: Vigilância:** A conselheira Tatiana informa que a coordenação de gestão do
380 SUAS está trabalhando na elaboração de mais três notas técnicas para os municípios sobre o tema:
381 Vigilância Socioassistencial. As três produções deverão ser apresentadas à comissão na próxima reunião.
382 **Parecer da comissão: Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. Relato de participação em evento –**
383 **conselheira Eunícia:** Procedeu-se a leitura do relatório de participação da conselheira Eunícia no
384 Lançamento do Núcleo Estadual Interinstitucional de Prevenção da Violência, Promoção da Saúde e
385 Cultura da Paz. **Parecer da comissão:** Como não houve encaminhamentos para o CEAS, a comissão
386 apenas manifesta ciência ao relatório. **Parecer do CEAS: Ciente. Relato de participação em evento –**
387 **conselheiro Paulo:** O conselheiro Artur procedeu a leitura dos relatórios elaborados pelo conselheiro
388 Paulo sobre sua participação em diversos eventos representando o CEAS. Foram estes: reunião de
389 trabalho com os municípios da regional de Londrina (em 07/10/2014), reunião com Promotoria de Justiça
390 do MP – Ibiporã (em 18/09/2014), reunião na Câmara Setorial de Políticas Básicas do CEDCA (em
391 25/09/2014), Reunião Extraordinária do CMAS de Sertãozinho (em 29/09/2014). **Parecer da comissão:**
392 Verificou-se que os encaminhamentos para o CEAS registrados são demandas que já estão em andamento
393 pelo conselheiro. Sendo assim, a comissão apenas deu ciência ao relato, considerando que todos os
394 conselheiros já receberam tais documentos por e-mail. **Parecer do CEAS: Ciente. Encaminhar ao**
395 **conselheiro Paulo a deliberação referente ao sistema do MDS para que o mesmo de retorno ao**
396 **ER/Londrina e aos municípios participantes. Relato de participação em evento – conselheiro**
397 **Rubens:** Os conselheiros presentes leram os relatórios enviados pelo conselheiro Rubens quanto a sua
398 participação nos seguintes eventos: Reunião na SASC maringá sobre o Marco Regulatório das
399 Organizações da Sociedade Civil, Apresentação do PAA, Entrega de unidades habitacionais da Prefeitura
400 de Maringá, Reunião na OAB Maringá sobre o MROSC, Reunião Descentralizada do COMAS – Maringá, e
401 Evento de Liberação de recursos para entidades da Prefeitura e Câmara Legislativa de Maringá. **Parecer**
402 **da comissão:** Considerando os encaminhamentos apresentados pelo conselheiro Rubens, a comissão
403 entendeu: 1- Sobre as discussões sobre o Marco Regulatório, a comissão reforça a necessidade de manter
404 este assunto em pauta para a próxima reunião ordinária, sendo esta Lei um assunto ainda necessário a
405 ser estudado por este Conselho. 2- Sobre a questão do PAA (programa de aquisição de alimentos),
406 considerando que o assunto já fora pauta em reunião ordinária em novembro de 2013 (e que naquele
407 momento fora deliberada pela articulação com o CONSEA para esclarecimento aos municípios), definiu-se
408 por indicar a experiência de Maringá à Coordenação Estadual do PAA/Compra Direta Local da Agricultura

409 Família da SETS e ao CONSEA para divulgação aos demais municípios. **Parecer do CEAS: Aprovado o**
410 **item 1. Aprovado o item 2. Encaminhar ao departamento de Segurança Alimentar da SETS**
411 **convite para participar da reunião da comissão de Documentação e Rede, e Comissão de**
412 **Articulação. Inclusão de Pauta: Reunião Ampliada e Descentralizada do CEAS/PR:** O conselheiro
413 Leandro pediu a inclusão desta pauta na comissão. Sugere-se que, devido a contenção de despesas que
414 inviabilizará a reunião descentralizada em Foz do Iguaçu em dezembro, o CEAS delibere pelo adiamento
415 da data, mas com manutenção do local (Foz do Iguaçu). **Parecer da Comissão:** A comissão é favorável à
416 manutenção do local da próxima reunião descentralizada para Foz do Iguaçu. Parecer do CEAS: Aprovado.
417 Na sequência, algumas discussões ocorreram baseadas em informações referentes ao PAA(Programa de
418 Aquisição de Alimentos), um programa sob a guarda da Secretaria de Estado do Trabalho e Economia
419 Solidária. O Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA/PR não tem os seus
420 Conselhos Municipais em todos municípios paranaenses. Segundo foi Comentado o PAA está sofrendo
421 mudanças na sua estrutura, hoje com 2 tipos de acesso aos recursos do MDS(Via CONAB ou adesão
422 mista). A grande maioria dos Conselheiros demonstraram grande interesse em conhecer melhor o
423 andamento desse programa, que tem como objetivo, promover o acesso a alimentos às populações em
424 situação de insegurança alimentar, promovendo a inclusão social e econômica no campo, por meio do
425 fortalecimento da agricultura familiar. Comentou-se também sobre a necessidade de ser instituído em
426 comitê Gestor de Segurança Alimentar em cada Município; naqueles que já existem, sabe-se que não se
427 encontram em perfeito funcionamento. Pediu a palavra o **Conselheiro Vanderlei(Regional de**
428 **Cascavel)** Relatando essa questão da Segurança Alimentar vem ser arrastando há pelo menos cinco
429 anos. A responsabilidade sobre os pareceres que devem ser concedidos às Entidades é muito grande.
430 Expôs uma sugestão: convocar a Mesa Diretora do CONSEA/PR, o Secretário de Estado da Pasta(SETS) e
431 coordenadoria referente, para um efetivo debate, com urgência. Informou que em Cascavel, uma cidade
432 com cerca de 350 mil habitantes, o CONSEA foi recriado agora, porque já faliu duas vezes. No sentido de
433 colaborar, a **Conselheira Marli Mussulini** prontificou-se a levar o convite para a Sra. Valéria,
434 coordenadora do PAA e que integra a sua Secretaria de Estado(SETS). Se for o caso, poderá também
435 contatar o Secretário Amin. *Item 10 – **Calendário de Reuniões do CEAS/PR de 2015.** A Secretária
436 Executiva Helena apresentou a planilha na tela. ***Aprovado o calendário** com a justificativa dos
437 Conselheiros Roseli e Paulo(APAES) que possuíam eventos agendados em fevereiro. *Em votação – 22
438 Conselheiros optaram pela datas de 5 e 6 de fevereiro. - 4 votos pela concordância das datas 9 e 10.
439 ***Item 11 -Retirado de Pauta**(Seminário de monitoramento do plano Est. De enfrentamento às
440 violências contra criança e adolescentes(Vídeo Conferência) ***Inclusões** – Foi solicitado pelo Conselheiro
441 Artur a apresentação pela CIB das metas pactuadas destinadas ao Município de Foz do Iguaçu. Segundo a
442 **Coordenadora Gladys Tortatto**, esse Município já teve reuniões agendadas, tomando posições sobre
443 suas pendências. Sobre tais questões, a Secretária Executiva Helena Gimenez apontou que o MP
444 encaminhou ofício, questionando as medidas tomadas. Foi solicitado um relatório ao Escritório Regional
445 objetivando verificar as questões monitoradas. No retorno, a SEC encaminhará para o CEAS e CIB.
446 Finalmente, o **Conselheiro Artur** solicitou a remessa de ofício ao CMAS de Foz. ***Questionamento**
447 **sobre Benefícios Eventuais Conselheira Roseli Tonello.** A **Conselheira Roseli Tonello** esclareceu
448 que sente-se preocupada com algumas situações: aprovou-se no Conselho auxílio para calamidades e
449 chegaram notícias de que alguns Municípios não estão atendendo vítimas de enchentes. Como Conselheira
450 garantiu não poder retornar para seu Município, sem ter consigo uma posição definida sobre tal assunto.
451 Com o intuito de esclarecer, a **Conselheira Marcela**(Financeiro/SEDS) informou que as calamidades de
452 2013 já estão com as suas prestações de contas sendo finalizadas através dos trabalhos dos CMAS.
453 Segundo a **Coordenadora Gladys**, os Municípios precisam verificar se já está regulamentada a previsão
454 desses recursos, com o Estado sendo acionado. Concordou a Conselheira Silvana, garantindo que
455 realmente é competência do Município e requer uma avaliação social do CMAS. Ainda pontuou a
456 **Conselheira Marcela:** o recurso fica disponível e os Municípios não executam, se extrapolar os 180 dias,
457 a emergência já passou e vários deles devolveram tudo, sem utilizar. Na sequência, a Secretária Helena
458 comunicou que a pauta da CIB foi sucinta; também comentou sobre a solicitação do Município de São
459 João do Ivaí no que se refere a recursos para CREAS. Os informes da CIB serão encaminhados via e-mail.
460 ***Coordenadora Gladys** - 2º feira das 9 às 10:30 Web Conferência – Tema – Rede Socioassistencial-
461 Cadastro nacional das entidades de Assist. Social. *Secretária Helena – Dia 11 – Reunião da Câmara
462 técnica de Regionalização da CIB. *Dia 19/11 – Web Conferência – BPC (Regulamentações) Vencida a
463 pauta, o Conselheiro Rubens(Mesa Diretora – representação da Sociedade Civil) agradeceu a oportunidade
464 de ali estar, parabenizando a todos uma vez que o SUAS hoje não mais se implanta e sim se consolida. As
465 despedidas da Conselheira Marcela, no exercício da Coordenação da plenária também continham
466 agradecimentos a todos. A presente ata foi gravada e redigida por Regina Amasiles Rodrigues Costa
467 (SEDS), digitada e formatada por Lucas Calisto, sendo a Secretária Executiva Helena Navarro Gimenez.